

PMS	FML	GERM
BIBLIOTECA		
A Tarde		
30/10/97		
J-	4	
Habitação		

Urbanização de favelas

"Há poucos meses lemos uma boa notícia para toda a cidade: *compram-se idéias*. Concurso público que o governo do estado, juntamente com o Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB) promove para recuperação de algumas favelas de Salvador. É, sem sombra de dúvidas, um fato digno de elogio. O último concurso que houve por aqui, com esta mesma preocupação, foi 20 anos atrás, para Alagados. Inicialmente, foram selecionadas seis áreas consideradas de invasão para receberem propostas urbanísticas: Saboeiro, Baixa do Cacau, Baixa do Soronha, Alto da Bela Vista, Ulisses Guimarães e Baixa do Caranguejo. O principal recado dos organizadores é que o projeto vencedor seja economicamente viável.

O processo de favelização de Salvador teve início na década de 40 com o movimento de apropriação coletiva dos terrenos urbanos, decorrentes das migrações rural e urbana. Mas esta cidade, a despeito das terras doadas por Thomé de Souza, nunca teve uma política de terras que beneficiasse a esses necessitados, pelo contrário, a reforma urbana de 1968 beneficiou apenas três ou quatro privilegiados amigos do governo de então, que praticamente transferiu terras públicas para particulares, através da Lei Municipal 2.181 de dezembro de 1968.

Impossibilitados de concorrer a um torrão, em meio a concorrências tão desiguais, patrocinada pelos poderosos especuladores das terras públicas, os excluídos da sorte lançaram-se na aventura das ocupações, sofrendo com as expulsões e humilhações, mas resistindo e formando os inúmeros bairros onde hoje mora a maioria da população de Salvador, desprovida de bens e serviços habitacionais indispensáveis.

Este concurso é fomentado pe-

los programas de habitação e saneamento da Secretaria de Política Urbana, do Ministério do Planejamento e Orçamento, juntamente com a Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS, dentro da filosofia do Programa Habitar Brasil, que tem como diretriz principal a participação da população-alvo em todas as etapas do projeto, do planejamento até a manutenção.

Já existem algumas intervenções do governo do estado sendo praticadas, através da Urbis, em alguns bairros de Salvador, como em Cajazeiras, em Yolanda Pires, entre outras. Mas, infelizmente a tônica que as empresas construtoras estão dando na execução dos projetos não é aquela enfatizada no programa: participação, mobilização e desenvolvimento comunitário. Em Yolanda Pires, por exemplo, a população, na sua maioria, está aflita porque as máquinas já estão na área e muitos moradores que têm suas casas de boa qualidade, construídas com bastante sacrifício, ao longo de anos de luta, não tiveram sequer acesso ao projeto para entender a lógica que os obriga a se transferirem para um barraco de madeira enquanto constroem seu novo futuro embrião, de quarto e sala.

O que se deseja, neste momento em que o governo está investindo recursos da Caixa Econômica Federal para melhoramento de áreas urbanas precárias, dentro das diretrizes do Programa Habitar Brasil, é que prevaleça o princípio fundamental que ali está estabelecido: participação efetiva de todos os moradores, não só no processo de decisão, como também no de execução das ações de melhoramento do meio ambiente construído".

Marcos Jorge Almeida Santana
(Prof. Adjunto da Escola Política da UFBA - Salvador-BA)